

mudar a



publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



NÓS E A CRISE

QUE CRISE?

A crise é a situação de desequilíbrio que ocorre num dado conjunto (físico, psicológico, histórico) quando se alteram os dados desse conjunto, quer por introdução de novos elementos quer por simples modificações internas das relações entre esses dados. Não há por isso evolução, mudança ou mesmo progresso (qualquer que seja o sentido dado a tão debatido termo) sem a crise, as crises correspondentes.

Por outro lado, crise é a palavra com que procuramos exorcisar a instabilidade da história, o inesperado das situações, a crescente complexidade dos nossos próprios sentimentos, (quando não a legítima interrogação perante o mistério de todas as coisas...).

Num e noutro sentido se desdobram todas as crises. Vistas de fora, analisadas na aparente objectividade dos factos, pertencem à categoria dos fenómenos previsíveis. São determinadas por causas que parecem óbvias. São julgadas nos seus efeitos e combatidas nas suas formas. Em relação a elas o homem situa-se de fora. Denuncia-lhes os efeitos, procura controlar-lhes as causas. Vividas por dentro, ressentidas na objectividade das ideias e das emoções, pertencem sempre ao inédito da vida, não têm causas imediatas nem perfeitamente definidas. Espantam ou alarmam. Não são julgadas nem combatidas. São sofridas, sentidas, consentidas, vencidas.

Olho para trás e verifico que as crises sempre me apanharam de surpresa. Sempre me deixaram no estômago aquele apertão de angústia a dizer — e agora?

Crisis em mim própria — quantas situações sem saída a perturbarem a linha sem labirintos que queria seguir... Crises das pessoas — a perturbarem subita-

mente a confiança mútua, a abalarem as solidariedades laboriosamente criadas... Crises das sociedades — a perturbarem a «ordem» estabelecida, a mostrarem a precariedade de todas as coisas... Subitamente, a sensação de suspensão no vazio, de interrogação inquietada. Onde vai desembocar a crise?

Será ela prenúncio de uma situação sem saída a aguardar-se (cada vez mais ou anúncio de uma nova porta que se abre? Será ela o perigo, o confronto último com a inviabilidade de qualquer solução ou a oportunidade para descobrir o «inédito viável», escondido pelas mil artimanhas da rotina instalada? Será ela o rebentar sadio de uma situação contida mas incomportável possibilitando uma nova verdade ou apenas a evidência de uma deterioração inevitável? Será ela uma travessia do deserto com a penúria e a sobriedade correspondentes ou já o oásis a tornar clara a pontuação do caminho?

Antes de analisarmos, com mais cuidado, as condicionantes das crises e a sua superação, importa fazer uma breve enumeração de algumas condições geradoras de crise. Fá-lo-ei ao plano pessoal e social.

CRISE DE NÓS MESMOS

Qualquer modificação durável de tempo e espaço traz consigo uma crise. Que outro modo temos de interpretar o sentimento de estranheza de quem subitamente mudou de lugar, de função, de país ou de língua? A entrada num universo novo provoca mutações, exige uma «adaptação», supõe novas coordenadas. Crise de adaptação, dizem alguns. De acomodação, pensam outros.

Crisis das relações: súbita a incompreensão, o des-

gaste provocado nos outros, a distanciação em anos-luz de duas trajectórias até então infinitamente próximas. Inesperada a sensação de que já não é o outro que no outro fala e age, que já não somos nós que o outro vê e acolhe, mas um outro de nós que desconhecemos. Continuam a circular palavras e até gestos. Mas as palavras passam a ser objectos em si e não meio de comunicação; fazem o seu caminho entre nós e o outro independentemente de qualquer relação, por isso são ouvidas em outro código, a emissão e a recepção deixaram de ter uma linguagem comum. E os gestos passam a não ser nada, a não conter o que pretendem significar, tornam-se desastrosos, partem as pontes, desfazem os laços. Abre-se então a crise da grande solidão.

E há as crises das novas responsabilidades. São os filhos exigindo de cada vez um tipo de relação diferente. É o trabalho em outros moldes, noutras instituições (ou fora delas). São outras funções a que nos conduz a necessidade, a «carreira», ou apenas o que julgamos ser o jogo das circunstâncias. Aí se enfrenta uma nova etapa: sou eu, eu mesmo, que estou aqui, neste lugar, face a estas responsabilidades? E não é só a nossa competência que a si mesma se mede; é a adequação profunda às tarefas a executar, ao papel a desempenhar, à função a exercer, à imagem a dar, à vocação a cumprir. Crise de identidade — por que não confessá-lo? —, se são outros os horizontes de nós mesmos com que nos confrontamos.

Atravessando tudo isto, a crise do significado, dos porquês, do sentido de tudo. Não a crise temporária, de dúvida num ou noutro aspecto, enquanto permanecem inalteráveis os quadros de referência; mas a outra crise, a que recapitula todas as outras e nos deixa perante o vazio da nossa própria procura.

CRISE DO CORPO SOCIAL

Também o corpo social manifesta crises de vários tipos.

Crises inerentes à própria definição da sociedade na sua constante interacção com outra sociedade, com novos dados da ciência, da técnica, das relações culturais e económicas entre os povos. Em alguns casos, mesmo crise da identidade colectiva, na procura de novos modos de ser e de estar no mundo.

Crises no reconhecimento do tempo e do espaço em que uma sociedade se confina ou se alarga. («Como apreender um país com mil lagos, milhares de florestas e três oceanos», pergunta um poeta canadiano?)

Crise também nas relações entre os grupos e os povos, traduzidas à escala da sociedade na expressão, já demasiado fácil, de relações-de-forças. Relações de interdependência, ou de dominação?

Crise de novas responsabilidades, perante novos dados históricos, novas conjunturas, novos sistemas de poder.

E no termo, também crise do sentido e das finalidades: quem somos? Que lugar temos no mundo? Como nos definimos?

As sucessivas crises em que vimos participando na vida portuguesa têm que ver, quanto a mim, com todos os níveis que acabo de citar. País que se redefine geopoliticamente e se retrai na nesga europeia que foi seu berço (que longe vão as palavras do poeta: «o mar com fim será grego ou romano / o mar sem fim é Português»!); país que já se não define pelas montanhas e rios, vilas e cidades mas se polariza em múltiplos enclaves socio-culturais, de múltiplas ideologias; país retalhado, visto como propriedade de um grupo, de uma facção, de um adversário (como era mais simples quando o homem do Norte repetia sem preconceitos, ao atravessar o Baixo Alentejo, as palavras de Garret «Eu amo a charneca»?).

Creio que seria legítimo pensar que as crises que nos agitam são sobressalto inevitável do nosso ressurgimento como país, na procura de uma nova identidade. Fácil é reduzir essas crises aos epifenómenos políticos em que se traduzem. Tudo, incluindo os protagonistas e os meios de informação, nos conduz a encarar a superestrutura política como o lugar das crises que mais nos afectam. Ora, por muita tinta que tais crises façam correr, por muita agitação que provoquem nas cúpulas de todos os aparelhos partidários ou outros, por muita instabilidade que causem, elas não são as crises mais importantes nem sequer as mais decisivas.

Não lhes nego, é certo, o seu papel de regulador da vida social, nem o impacto determinante que qualquer situação de crise super-estrutural acaba por ter em todos os sectores da vida social. Julgo porém que, muitíssimo mais decisivas do que as crises políticas, são as crises que temos vindo a viver aos três níveis que determinam a procura da nossa identidade colectiva. Refiro-me explicitamente: 1) à actualização do substracto cultural do povo; 2) à elaboração pela prática de um projecto social mobilizador; 3) ao funcionamento autónomo e eficaz das instituições veiculadoras da identidade e do projecto.

Que povo somos e que povo queremos ser? Onde estão as nossas raízes? Que valores reconhecemos como nossos? Que captamos nós da tradição viva, dos costumes, das artes, e até, por paradoxal que pareça, do comportamento dos nossos políticos? Ninguém senão nós próprios poderá dizer-nos o país que somos. Ou será que, obcecados pelas pequenas crises que agitam o dia-a-dia nacional acabaremos por nos encontrar face a uma resposta tão trágica como a do Romeiro que na época romântica nos simbolizou?

Antes e para além da preocupação com as crises políticas, considero indispensável perceber que, em estado larvar, se encontra uma outra crise que a não ser superada nos conduz, quaisquer que sejam os vai-vens da governação, para a nossa própria destruição. Refiro-me à crise dos padrões culturais. Se ela não se apresenta com o carácter global, imediatamente nacional, da crise política, não deixa de ser por isso identicamente total. Pela própria natureza da cultura, a crise rebenta em muitos lugares ao mesmo tempo e em muitos níveis da estrutura social. Para vencer esta crise é preciso imaginação, mas é sobretudo preciso ter a coragem, não de procurar apenas os esquemas formais de uma democracia certinha, mas de buscar ser **um-povo-em-democracia**, isto é, um todo orgânico, culturalmente consciente e, porque activo e dinâmico, capaz de ser sujeito da sua história e de se governar a si próprio.

A outro nível, a crise atinge também o projecto social. Com a facilidade com que se criam patentes e se estabelecem etiquetas, tem-se impedido, consciente ou inconscientemente, a formulação de projectos sociais que mutuamente se fecundem e que constituam o polo imediatamente dinamizador da transformação social necessária. A crise de projecto está bem patente na indefinição de muitos, na espantosa ausência de criatividade de quase todos, e até na facilidade com

que se põem a reboque uns dos outros projectos sociais que, embora convergentes, nas suas finalidades, se distanciam uns dos outros nas suas démarches inter-médias?

Da crise das instituições, muito haveria a dizer. Para mim, ela é simultaneamente crise de decisão, crise de organização e crise de pessoas. Por isso pergunto: se as escolas não funcionam, onde estão os professores capazes de encontrar as brechas que as farão, apesar de tudo, funcionar? Se as indústrias baixam a produtividade, onde estão os quadros capazes de engenhosamente descobrirem as condições que no imediato lhes garantam uma maior operacionalidade? Se os serviços estão paralizados, onde estão os funcionários capazes de se organizarem e de decidirem como, apesar de todas as limitações, melhorar a qualidade do atendimento que no dia a dia prestam à colectividade?

A resposta à crise ou é de todos nós ou não será nenhuma. Só com homens e mulheres verdadeiramente empenhados, conscientes do **porquê** e do **para onde** do seu empenhamento, o país de amanhã será outro. Como serão outras (e mais criadoras!) as coordenadas das novas crises que terá que enfrentar.

Maria de Lourdes Pintasilgo
1978

MAIS A MIM, MAIS A MIMI!

Como ultrapassar esta Crise que nos marca a todos, em cada pensamento, em cada gesto? Alguém saberá como?

Porque é fácil responder, sem recear apodos de ingenuidade ou de manipulador por conta de outrem: adoptando todas as medidas que levem a uma transformação total do homem e da sociedade, iniciando desde já outro relacionamento social, espalhando instrução a rodos e a educação cívica indispensável, pondo em prática um projecto político (e, portanto, cultural) que destrua de vez todas as causas do «desconcerto do mundo» em que vivemos, um projecto que promova a autêntica igualdade de oportunidades e permita enfim que cada um receba tudo (ou só) aquilo de que necessita e forneça aos outros tudo aquilo

de que é capaz. No plano nacional, no plano internacional.

Mas esta facilidade de dizer é perigosa porque ilude. Porque constitui o antónimo da realização possível perante o material de que se dispõe: gente e gente e gente corrompida, em todos os níveis e sectores, pela prática obstinada de uma moral a que podemos chamar do «mais a mim, mais a mim». As excepções, que as há e felizmente muitas, dificilmente vencerão pelas vias normais essa massa imensa de interesses (artificiais) em jogo, essa «fase decisiva» da nossa doença.

Mário Dionísio
in JL, n.º 27, Março 1982

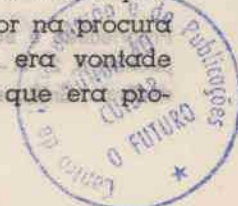
DA CRISE À PROPOSTA

UM DIAGNÓSTICO

Continua a discutir-se a crise: crise económica, crise financeira, crise da habitação, crise do emprego... Ora acontece que para nós, a mais funda e a mais importante crise não é nenhuma dessas. Mais do que os indicadores económicos e sociais, falam-nos os indicadores culturais. E esses dizem-nos claramente: há

crise de convicções, há crise de comportamentos, há crise de solidariedade. E quando esses sinais de crise se instalam, o País está mais pobre — quaisquer que sejam os índices económicos com que o Governo pretenda sossegar-nos.

Crise de convicções. Aí se inicia, para nós, o percurso no deserto. O que era elan criador na procura de novos caminhos e soluções, o que era vontade comum de mudança (para melhor!), o que era pro-



jecto embrionário a vitalizar as vontades e as energias, é hoje apatia, desencanto, descrença e indiferença cada vez mais generalizadas.

Ora a primeira vítima desse desencanto é, como não poderia deixar de ser, a própria crença na democracia. Vamo-nos habituando a ouvir, com crescente frequência, (basta esperar uns minutos numa bicha de autocarro) que «o que é preciso é alguém capaz de mandar nisto!» E a ideia de que não somos capazes de nos auto-governarmos democraticamente vai alastrando. E o recurso, mesmo inconsciente, ao «salvador necessário» vai crescendo. E são cada vez mais os que se dizem desacreditados da política, de tanto a verem distanciar-se dos interesses e necessidades reais que animam o seu dia-a-dia.

Mas a crise das convicções não vai só. Na lógica dos mecanismos de desmotivação por ela criados, está necessariamente a **crise dos comportamentos ou práticas sociais**.

Práticas que têm a ver com o nosso modelo de estar na vida, individual e colectivamente. Porque a ideologia dominante tem ao seu dispor instrumentos poderosos, a crise passa, no plano individual, pelo aguçar do espírito aquisitivo; pela procura incontida de consumos supérfluos; pela alienação pelo trabalho, pela telenovela — único escape, para muitos, da árdua luta pela subsistência que é a vida de cada dia!

No plano colectivo, os sinais não são menos; são novas formas, mais subtis, de fraude e evasão fiscal; é a multiplicação dos circuitos económicos paralelos; são os negócios escuros, a que muitos não resistem; é a inconsciência ecológica a que só alguns conseguem escapar... É, em suma, a lei do «salva-se quem puder», implícita ou explicitamente aceite como norma de convivência comunitária.

Da crise de valores e crise de práticas passamos — o salto é pequeno — àquilo a que poderíamos chamar **crise de solidariedade**.

Os sinais estão, uma vez mais, bem à vista. Começa na competição desenfreada, desde a escola primária até à reforma; passa pela polarização política, pela sectarização ideológica, pelos velhos silêncios amedrontados de quem não sabe o que lhe irá acontecer se fizer greve.; repercute-se na desmobilização de muitos grupos de base; e vai, na macro-escala, até ao afunilamento das nossas relações com outros povos, ao nosso alinhamento em estratégias de reforço dos

grandes blocos, à redução progressiva do País à condição de satélite que durante largos anos foi a sua.

UMA PROPOSTA

Falar dos sinais de crise é, implicitamente, fazer apelo à proposta alternativa que apagará, pelo menos, em parte, esses sinais. Ora essa proposta (resposta) temos que ser nós todos a criá-la.

Proposta de uma democracia plena, onde cada um seja sujeito, e não simples objecto das decisões que lhe dizem respeito; onde os grupos e associações de base encontrem o apoio e o estímulo de que carecem; onde os diferentes interesses sejam verdadeiramente conciliados em função do bem comum da sociedade; onde cada um tenha assegurado não só o pão e a liberdade, mas também a dignidade de cada dia.

Proposta de um modelo de desenvolvimento genuinamente nosso, em que a prioridade absoluta seja dada à satisfação das necessidades básicas da população mais carenciada; em que os padrões de bem estar não sejam ditados de fora para dentro; em que a qualidade conte mais do que a quantidade; em que as medidas políticas se não baseiem exclusivamente na lógica dos números; em que o aumento da riqueza no imediato não se faça à custa do empobrecimento humano e ecológico das gerações presentes e futuras.

Proposta de uma frente cultural dinâmica e alargada, onde as massas populares retomem, ou melhor, recriem a sua palavra; onde a comunicação social seja estímulo e não bloqueio à criatividade colectiva; onde os criadores culturais vitalizem e interpelem os valores e as práticas dominantes; onde cultura e política não continuem dissociadas, antes se fecundem mutuamente nas decisões e opções que a cada Governo cabe fazer.

Proposta de novas formas de solidariedade internacional, onde o nosso País se afirme na riqueza e na originalidade do seu modo de ser e da sua história; onde o nosso «alinhamento» seja sempre do lado dos que procuram uma maior justiça nas relações entre os povos; onde as relações e as trocas se multipliquem de forma tão diversificada quanto possível, de modo que a nossa soberania nacional, não corra, como agora corre, o risco do apagamento e da subserviência.

Teresa Santa Clara Gomes
Excertos de uma intervenção
na Assembleia da República
Março 1982